

Ubá, 16 de outubro de 2017.

**Assunto:** Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada – Crédito da Empresa Lav-Unica Lavanderia Industrial Ltda – EPP inscrita no CNPJ 04147853/0001-01 – Prestadora de serviços de processamento de roupas para Casa de Saúde Padre Damião (CSPD) – Contrato nº9073633 – relevantes razões de interesse público para pagamento de obrigação Art 5º da Lei 8666/93 e art. 12º do Decreto 37924/96 – impossibilidade para o suporte à manutenção dos serviços públicos de saúde no âmbito da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais.

Considerando que a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG foi instituída em 1977, pela fusão de três fundações: FEAL (atendimento aos portadores de Hanseníase) FEAMUR (urgência e emergência) e FEAP (atendimento psiquiátrico), todas vinculadas a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, tendo seu patrimônio constituído em sucessão pelos bens e direitos destas fundações extintas, o mesmo ocorrendo com as obrigações assistenciais, conforme autorizado pela Lei Estadual 7088/1977;

Considerando que a FHEMIG está vinculada a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais (SES) e é prestadora de serviço de complexidade secundária e terciária, exclusivamente para o sistema único de saúde (SUS), de acordo com o decreto nº 45.691/2011 que contém em seu Estatuto a definição de suas finalidades e competências.

Considerando que a Fundação integra vinte e uma unidades assistenciais as quais atuam em seis complexos assistenciais, dentre essas a CSPD que está inserida como Complexo de Reabilitação e Cuidado ao Idoso;

Considerando que a saúde é um direito social traduzido em ações de políticas públicas e que visa, sobretudo, perquirir a preservação da vida do usuário do SUS, necessitando atendimento pleno ao paciente.

Considerando que o Decreto 47.101, de 05/12/2016, veio reconhecer a situação de calamidade financeira do Estado, uma vez que este é responsável pela execução de inúmeras políticas públicas, inclusive prestações de serviços públicos essenciais a garantia da dignidade da pessoa humana e que as circunstâncias financeiras críticas e excepcionais colocam em risco a sua capacidade de prover a manutenção dos serviços públicos essenciais a sociedade.

Considerando a debilidade da Saúde financeira e a existência de serviços essenciais, sobretudo que possuem vinculação direta com a atividade finalística da FHEMIG, que não podem sofrer

soluções de continuidade, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de coloca em risco a vida da população que dependem dos serviços ofertados pelo SUS do Estado de Minas Gerais.

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.66/93 que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciadas de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante previa justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

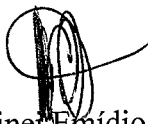
Considerando que a prestação de serviços de processamento de roupas de serviços de saúde é uma atividade de apoio que influencia grandemente a qualidade da assistência à saúde, principalmente no que se refere à segurança e ao conforto do paciente e para a manutenção das atividades da CSPD;

Considerando a unidade de processamento de roupas está sujeita ao controle sanitário pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), conforme definido na Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, tendo em vista os riscos à saúde dos usuários, trabalhadores e meio ambiente relacionados aos materiais, processos, insumos e tecnologias utilizadas para CSPD;

Considerando os avisos de suspensão da continuidade da prestação de serviços por notas fiscais liquidadas superiores a 90 dias.

E nesse contexto que a relevância do interesse público requerido e a necessidade da FHEMIG em manter o este hospital em funcionamento vem justificar a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo art. 5º da Lei 8666/93 e art. 112 do Decreto 37.924/96, a fim de se evitar a suspensão do serviço.

Pelas razões expostas, solicitamos o pagamento das Notas Fiscais nº172, liquidada em 14/06/2017 no valor de R\$19.485,85 e nº198, liquidada em 12/07/2017 no valor R\$17.896,18.



Claudinei Emídio Campos  
Ordenador de Despesas